

Por uma "dupla revolução": movimento de mulheres curdas na luta contra a opressão étnica e de gênero¹

Sarah Siqueira de Miranda

PINEB/UFBA - Bahia, Brasil

Mulheres curdas; PKK; igualdade de gênero

Em setembro de 2014 o mundo finalmente começou a reconhecer o "heroísmo curdo". A brava resistência curda contra os violentos ataques do Estado Islâmico à cidade de Kobanê, no norte da Síria, começou a ser amplamente divulgada pela grande mídia. Repentinamente, as democracias ocidentais foram introduzidas aos "mais novos aliados da América" (Watson e Tuysuz, 2014) contra o terror fundamentalista islâmico: a minoria curda da Síria. Além de conter a expansão territorial do Estado Islâmico, esses combatentes destemidos e determinados passaram a ser aclamados pela mídia como os protetores heroicos dos princípios iluminados ocidentais, guerreiros da liberdade contra terroristas bárbaros, defensores do secularismo e dos valores democráticos contra a teocracia fanática e o totalitarismo. Em suma, "o melhor da humanidade" contra "o pior" (Wight, 2014). Ademais, as manchetes ocidentais têm estado, desde então, obcecadas com a participação de combatentes mulheres² na luta contra o Estado Islâmico, retratadas como os "anjos de Kobanê" e "o pior pesadelo" dos fundamentalistas. Imagens de mulheres corajosas lado a lado com os homens, sem portar o véu islâmico, desafiando a mais recente e perversa forma de jihadismo radical, não poderia deixar de ganhar a mais alta estima aos olhos do Ocidente.

Contudo, nem as raízes do "problema curdo", nem as motivações e ideologias dessas "Amazonas da Mesopotâmia" têm sido exploradas adequadamente pela grande mídia. Enquanto o mundo continua silencioso sobre a responsabilidade do Ocidente nos conflitos do Oriente Médio, a mídia lucra com afirmações sensacionalistas. A luta pela

¹ “Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB”.

² É importante destacar que a grande mídia confunde as mulheres *Peshmerga*, combatentes do exército regular do Governo Regional do Curdistão (KRG), no Iraque, com as *Yapajas* (YPJ), unidades femininas do Partido da União Democrática (PYD), principal partido curdo na Síria. As que lutam no norte da Síria são, portanto, *Yapajas*, as quais compartilham os princípios ideológicos desenvolvidos por Abdullah Ocalan.

qual milhares de mulheres e homens curdos dão suas vidas cotidianamente é de longas datas e extremamente complexa. Ela não começou como uma resposta ao Estado Islâmico, e essa organização fundamentalista não é a única força oposta aos curdos. As atrocidades perpetradas pelo Estado Islâmico têm sido bravamente combatidas pelas forças curdas - apenas com apoio ocasional e insuficiente das potências ocidentais. Entretanto, o grande problema enfrentado pelos curdos são as profundas estruturas políticas e sociais que encorajam o nascimento de organizações fundamentalistas e os impedem de implementar os princípios democráticos por eles defendidos com tamanho orgulho.

As mulheres curdas estão, particularmente, engajadas contra uma dupla opressão: como mulheres, contra a opressão imposta por sociedades patriarcais, e como membros de um grupo étnico minoritário, contra políticas assimilacionistas e genocidas perpetradas pelos estados nacionais incidentes sobre o seu território. De modo geral, essas mulheres aderem à luta armada para escapar de condições de vida opressoras, mas elas conscientemente optam por aderir a um movimento de libertação comprometido com uma profunda transformação social mediante a liberação feminina.

As mulheres curdas não foram as primeiras combatentes da história, e não são as únicas a pegarem em armas neste exato momento. Contudo, o movimento político curdo contemporâneo, que compreende um exército de guerrilha³, está fundamentado numa ideologia particular baseada na igualdade de gênero. A participação dessas mulheres não se restringe a combatentes da linha de frente que lutam desesperadamente pela sobrevivência imediata. Elas ocupam posição de destaque nos mais diversos níveis do movimento curdo. Ademais, elas criaram um movimento independente dentro do movimento mais amplo, assim como seu próprio exército, partido e filosofia (Sellar, 2014). Portanto, o que faz valer a pena morrer por Kobanê é a concreta possibilidade de implantar um projeto social revolucionário baseado na ideologia desenvolvida por Abdullah Ocalan (Dirik, 2014), principal líder do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), uma organização armada considerada como terrorista pelos Estados

³ A palavra "guerrilha" é utilizada para referir-se à ação de militantes armados, com estratégias particulares e não convencionais, que representam populações locais na luta contra regimes opressores e/ou colonialistas. Seu objetivo não é apenas a derrota das forças do Estado, mas a implementação de um projeto revolucionário que possa modificar dramaticamente o *status quo* (Gross, 2015, p. 3-4).

Unidos e pela União Europeia⁴.

A emergência do problema curdo: uma questão internacional

Os curdos são um grupo etno-linguístico que habita as regiões da Alta Mesopotâmia, Cordilheira de Zagros e sudeste da Anatólia. A área historicamente por eles ocupada, e reivindicada como Curdistão por cerca de 40 milhões de pessoas - o maior grupo étnico do mundo sem seu próprio estado - é ricamente provida com recursos naturais, como petróleo, água e gás. No início do século XX, as regiões ricas em petróleo passaram a ocupar lugar de destaque na geopolítica internacional, uma vez que o mesmo passou a substituir o carvão como o mais cobiçado recurso natural.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, ingleses e franceses arbitrariamente dividiram o Oriente Médio: as regiões dos atuais Iraque, Jordânia e Palestina foram submetidos ao mandato britânico, enquanto que a Síria e o Líbano ao mandato francês. Em agosto de 1920 os Aliados e a Turquia assinaram o Tratado de Sèvres, o qual reconheceu uma região curda dentro dos limites da Anatólia. Contudo, a Guerra de Independência Turca, finalizada em 1923, não apenas aboliu o sultanato Otomano como logrou abortar o Tratado de Sèvres, levando à assinatura do Tratado de Lausanne. Este último, que estabeleceu as fronteiras modernas turcas, não levou em consideração as aspirações políticas das minorias não-turcas, como Armênios, Curdos e Gregos, os quais, assim como os turcos, historicamente ocuparam a região da Anatólia (Akçam, 2004). A partir de então, as regiões curdas foram subdivididas em quatro estados-nação: Turquia (que controla a maior parte do território curdo), Iraque (sob protetorado britânico até 1923), Síria (sob protetorado francês até 1946) e Irã (antiga Pérsia). Os poderes coloniais ocidentais exerceriam, assim, papel significativo no desdobramento da história moderna do Curdistão. Pois a cartografia atual do Oriente Médio, em larga medida desenhada de acordo com os seus interesses, alterou dramaticamente as vidas dos diversos grupos étnicos da região. Portanto, a irresoluta "questão curda" diz respeito aos poderes globais da mesma forma que aos estados locais; é um problema internacional (Uzun, 2014, p.9).

Em cada um desses novos estados os curdos têm lutado incansavelmente contra

⁴ Em 1999, em uma operação clandestina organizada pelos serviços de inteligência da Turquia (MIT), dos Estados Unidos (CIA) e de Israel (Mossad), Ocalan foi capturado no Quênia e preso na ilha-prisão de Imrali, na Turquia, onde se encontra até hoje.

políticas opressivas e violentas. No que diz respeito à Turquia, onde está estabelecida a maior parte da população curda, logo nos primeiros anos de República o governo proibiu todas as escolas, associações e publicações em língua curda. Ao mesmo tempo, um decreto-lei proibiu o uso da palavra "curdo" e suas variantes em todas as publicações nacionais, bem como no uso diário (Akin, 2004). O Código Penal, promulgado em 1926, proibiu, através dos artigos 141 e 142, organizações e propagandas que "visem destruir ou enfraquecer sentimentos nacionalistas", levando à supressão arbitrária da liberdade de expressão e reforçando meios de assédio e perseguição por agentes do estado (Hensler e Muller, 2005, pp.20-21), uma vez que o judiciário passou a interpretar expressões não violentas da identidade curda (como literatura e música) como iniciativas terroristas. A supressão desses direitos foi fundamental para o acirramento do "problema curdo" (Avebury, 1996).

O PKK e a busca por transformação social

Após alguns anos de mobilização preparatória, um grupo de jovens homens e mulheres baseados em Ankara, na Turquia, formalmente fundaram, em novembro de 1978, o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK). Liderados por Abdullah Ocalan, esse grupo de estudantes curdos, incluindo alguns colegas turcos, seguiam uma ideologia Marxista-Leninista e buscavam a independência do Curdistão⁵. Os anos formadores da organização coincidiram com a intensificação da repressão turca: sucessivos golpes militares culminariam no estabelecimento de uma lei marcial incidente sobre a região curda, prisões em massa e torturas sistemáticas. Ademais, a promulgação de uma nova constituição em 1982 limitou drasticamente os direitos individuais, restringiu a liberdade de imprensa, e reduziu a influência de sindicatos. Em meio a um contexto de instabilidade política e autoritarismo, meios legais para a organização de um movimento nacional se mostravam esgotados, abrindo caminho para a resistência armada. Sob o comando de Ocalan, um campo de treinamento militar foi estabelecido no Vale do Bekka, Líbano, um pouco antes do último golpe militar em 1980, ao qual centenas de curdos se uniram. A formação de um exército de guerrilha se apresentava, pois, como

⁵ Anos depois, com o colapso do socialismo, a emergência de novas perspectivas globais e os consequentes desdobramentos políticos no Curdistão, o PKK iria desenvolver novas estratégias e adotar novos paradigmas. No plano ideológico, ele abandonou o objetivo de criação de um Curdistão independente e abraçou a tese do "confederalismo democrático", baseado num sistema democrático, ecológico e defensor da igualdade de gênero (Uzun, 2014, p.21), como será abordado adiante.

uma força de defesa legítima contra a repressão turca (Uzun, 2014).

A partir desse momento estaria selado o confronto armado entre a guerrilha curda e o exército turco, o qual se estenderia, com níveis de intensidade variáveis, até os dias atuais. Ademais, o "problema curdo" se consolidaria, sob a perspectiva do governo turco, como um problema de segurança nacional, e não de direitos humanos, acirrando ainda mais o conflito - pois a resistência armada se intensificaria ao longo dos anos na mesma proporção que a repressão. Centenas de cidadãos turcos emigraram para a Alemanha, França, Holanda e Bélgica (Eccarius-Kelly, 2002, p.91), e paralelamente, militantes do alto escalão do PKK foram propositadamente enviados para a Europa com o objetivo de organizar os curdos na diáspora.

É importante destacar que a mobilização popular é um dos pilares do PKK e uma das razões para o seu sucesso. Como um movimento de guerrilha, ele compreende tanto um destacamento militar de combatentes treinados, quanto um braço político responsável por prover uma multiplicidade de serviços de apoio. Uma guerrilha não pode ser efetivamente travada sem o suporte de uma organização política vasta que ultrapasse o tamanho do seu exército. É através dessa rede política que uma organização guerrilheira arrecada dinheiro, compra armas, garante aliados e provê serviços básicos aos insurgentes, como saúde e educação. A tática de guerrilha, portanto, compreende diversas facetas que operam em diferentes níveis - de operações militares a guerras financeiras e diplomacia pública: no nível local, os insurgentes estão permanentemente engajados na difusão da sua ideologia e no recrutamento de apoio; nacionalmente, eles estão engajados pela independência ou pela destituição de um regime tradicional; e internacionalmente, eles buscam o suporte da comunidade global, o que ganhou proeminência especial nas últimas décadas (Gross, 2015, p.4).

Um segundo aspecto fundamental para a compreensão do PKK é o fato de que os curdos têm estado continuamente expostos a uma "experiência de exílio" e aprenderam a se beneficiar com isso. De acordo com Van Bruinessen (2000), a consciência de um Curdistão como pátria, e de curdos como um povo distinto, tem se apresentado com mais força entre os curdos que viveram fora, foram confrontados com ideias modernas e tiveram a oportunidade de estudar em outras línguas. A "experiência do exílio" reuniu curdos intelectualizados de diferentes contextos nacionais e contribuiu para que os mesmos imaginassem um Curdistão unificado como uma pátria comum. Foi justamente essa "experiência do exílio" que tornou possível transformar uma entidade geográfica vagamente definida num ideal político.

A emergência e consolidação do PKK é igualmente baseada nessa "experiência do exílio". Foi longe do Curdistão rural e provinciano que um grupo de universitários curdos, influenciados por ideias Marxista-Leninistas, desenvolveram seus princípios políticos. Cabe mencionar que a década de 1970 foi marcada pela emergência de movimentos sociais a nível internacional que questionaram a hierarquia das estruturas sociais e buscavam o estabelecimento de sociedades mais igualitárias. Numa escala global, partidos políticos e organizações de juventude foram criados para combater essas estruturas, as quais eram vistas como símbolos de opressão. Particularmente, a ordem global foi questionada, e as culturas colonizadas aumentaram sua consciência política na busca por transformação e autonomia política.

O PKK rapidamente ganhou legitimidade entre a população curda e atraiu os jovens devido ao fato de combater duas fontes de opressão: o Estado turco, visto como o colonizador, e os chefes tribais curdos, ou "aghas", vistos como exploradores e colaboradores do Estado: agricultores pobres eram obrigados a trabalhar, em condições de extrema desvantagem, para esses chefes tribais, uma vez que dispunham de poucas oportunidades para outros tipos de trabalho ou formação educacional (Westrheim, 2008). Contrariamente à maioria dos partidos políticos curdos anteriores, os quais eram organizados em torno dos chefes tribais e das suas estruturas, o PKK tem suas origens no movimento de esquerda turco, e seus líderes eram provenientes das classes mais baixas (Akkaya, 2011). Desse modo, as ideologias conservadoras impostas pelos líderes tradicionais foram substituídas pela tentativa revolucionária de educar e libertar a população (Westrheim, 2008).

O destaque desses aspectos positivos não tem como objetivo criar uma imagem idílica do PKK. Contudo, como argumentado por Akkaya e Jongerden (2012), a maior parte das análises concernentes ao PKK tende a tratá-lo como uma anomalia ao invés de tentar compreender o seu sentido. Independentemente de visões políticas e afinidades pessoais, é um fato que num período muito curto de tempo o PKK evoluiu de uma pequena organização clandestina para um movimento sociopolítico transnacional com milhares de guerrilheiros armados (homens e mulheres), um extenso complexo midiático e diversas organizações civis na Turquia, assim como nos diversos países da Europa (Akkaya, 2011). Apenas através de uma revisão crítica das circunstâncias que motivaram a criação do PKK e o estabelecimento das suas bases ideológicas, poderemos compreender as reivindicações de um número expressivo de curdos. Do mesmo modo, somente sob uma perspectiva crítica poder-se-á compreender o que é

necessário para estabelecer a paz e estabilidade a longo prazo. Ainda que se possa argumentar que o PKK não representa a totalidade da população curda - é difícil imaginar que uma população assim numerosa pudesse ser homogeneamente representada -, ele constitui, sem dúvida, o principal ator político curdo na contemporaneidade. Ocalan é reconhecido como o líder político e filosófico da maioria dos curdos na Turquia, Síria e diáspora, o que é evidente nas plataformas políticas e ideológicas dos diversos partidos e organizações da sociedade civil.

Em suma, três elementos fundamentais devem ser considerados para uma melhor compreensão de como o PKK assumiu posição central como o representante legítimo da população curda. Primeiramente, ele emergiu como uma resistência supra-tribal que transcendeu as barreiras sociais e geográficas (Ozcan, 2002). Em segundo lugar, ele é baseado numa educação política que fomenta o desenvolvimento pessoal, a dignidade e o sentido de empoderamento (Westheim, 2008). Em terceiro lugar, ainda não suficientemente explorado sob uma perspectiva antropológica, ele está engajado numa revolução feminina. É sobre este último elemento que concentro minhas reflexões.

Ocalan e a ideologia de liberação feminina

Ocalan desenvolveu abrangente abordagem sobre a liberação feminina. Suas análises teóricas são complementadas por discussões práticas sobre a construção de alternativas para o empoderamento das mulheres. Nesse sentido, ele não se limita à análise sociohistórica do desenvolvimento do sistema patriarcal e seu caráter opressor; ele encoraja o público feminino a superar os papéis generizados e criar seus próprios movimentos e instituições.

Sob a perspectiva dos direitos humanos, o empoderamento feminino pode ser compreendido como o processo de transformação, desenvolvido "de baixo para cima", das relações de poder de gênero, através do qual as mulheres tornam-se socialmente aptas a formularem e defenderem suas próprias visões da sociedade, incluindo reflexões sobre regras generizadas. Empoderamento, portanto, implica transformação, pois o ato de empoderar-se pressupõe uma condição anterior de desempoderamento. Em outras palavras, empoderar-se significa adquirir a possibilidade de fazer escolhas, o que requer a existência de alternativas e a possibilidade de reconhecer que essas alternativas existem. Esta última condição é fundamental, uma vez que as relações de gênero costumam operar através da aceitação inquestionável do poder masculino (Kabeer,

2005).

As análises de Ocalan sobre o processo de escravidão feminina têm como objetivo desnaturalizar as relações de poder de gênero e encorajar a transformação dessas relações. Sua revisão crítica da história da civilização é categórica ao afirmar que esses 5000 anos de história são essencialmente a história da escravização das mulheres. Portanto, a liberdade das mulheres somente será conquistada mediante a luta contra os fundamentos do sistema social dominante (Ocalan, 2013, p.9). De acordo com Ocalan, a Era Neolítica era dominada pela sociedade matriarcal⁶, na qual a "mulher-mãe" possuía posição privilegiada. Nesse período os grupos humanos mantinham uma ordem social de igualdade baseada na propriedade comunal, compartilhamento e solidariedade, e não dispunham de hierarquias institucionalizadas. Com a desintegração da sociedade Neolítica, as mulheres perderam sua posição.

Ocalan baseia suas análises sobre o processo histórico de escravização de gênero em duas "grandes rupturas sexuais". A primeira teria sido o rompimento da economia doméstica organizada em torno da unidade familiar clânica, o qual estabeleceu uma divisão hierárquica do trabalho, com o trabalho das mulheres ocupando a parte inferior da pirâmide. Concomitantemente, emergiram narrativas mitológicas que buscavam legitimar a ideia dos homens como governantes natos. Com o desenvolvimento das religiões institucionalizadas, esse desequilíbrio de poder generizado foi igualmente institucionalizado, e o sistema patriarcal enraizou-se profundamente.

O estabelecimento do patriarcado e o desenvolvimento das religiões monoteístas conduziu à "segunda grande ruptura sexual", e o tratamento das mulheres como seres inferiores se tornou um "mandamento sagrado de Deus". As novas culturas monoteístas adotaram o sistema de concubinato e institucionalizaram a poligamia. O Cristianismo, e em seguida o Islamismo (com a multiplicação dos haréns), contribuíram para a completa implementação de sociedades sexistas. Através do processo de "housewifization"⁷, as mulheres foram restritas ao espaço privado da casa e das tarefas

⁶ Não obstante, sob uma perspectiva antropológica, nenhuma sociedade tenha sido inequivocamente matriarcal, evidências arqueológicas sugerem que a figura feminina mantinha posição privilegiada anteriormente ao surgimento das sociedades urbanas (Ahmed, 1992, p.11). Contudo, o objetivo do presente trabalho não é discutir a validade científica dos argumentos desenvolvidos por Ocalan, mas mostrar que ele apresenta argumentos importantes para a desconstrução de interpretações androcêntricas que reivindicam o status social inferior das mulheres como algo natural.

⁷ Processo através do qual a divisão do trabalho relegou às mulheres o papel de donas de casa ("housewives").

domésticas, e não mais vistas como economicamente produtivas.

Mas Ocalan não se limita a analisar as duas "grandes rupturas sexuais". Ele prevê uma terceira grande ruptura, desta vez contra a "figura masculina dominante". A possibilidade de promover uma nova "ruptura sexual" é, portanto, a força motora do movimento de liberação das mulheres curdas. Como uma observadora externa, pergunto: por que os membros homens do PKK aceitariam superar as relações de poder de gênero? As análises de Ocalan buscam demonstrar que a escravização das mulheres conduz à escravização dos próprios homens.

Segundo ele, a escravidão de gênero foi apenas o primeiro tipo de escravidão da história. Como resultado do processo de acumulação de excedentes e institucionalização da propriedade privada, a escravidão feminina serviu como modelo para a posterior escravização de homens e crianças. O fenômeno de "housewifization" foi analogamente estendido para toda a sociedade, tornando-se o fundamento institucional para a implementação de todos os tipos de escravidão e corrupção moral (Ocalan, 2013, p.27).

Das primeiras civilizações ao estabelecimento do capitalismo moderno, as pessoas perderam a liberdade. Pois o capitalismo é baseado na exploração da força de trabalho, tendo no estado-nação o sistema ideal para o exercício do poder. Estados-nações propagam sexismo, nacionalismo e militarismo: todos ideologias de poder. Neste sentido, capitalismo e estado-nação representam a "figura masculina dominante" na sua forma institucionalizada. A sociedade capitalista é a perpetuação das antigas sociedades cujo modelo de exploração se baseava na guerra contra as mulheres (Ocalan, 2013, p.43).

Como alternativa ao modelo de estado-nação, Ocalan desenvolveu o paradigma do "confederalismo democrático", segundo o qual a sociedade não é controlada pelo estado, mas baseada na participação popular, privilegiando processos de tomada de decisão em nível comunitário. Assembleias gerais são realizadas periodicamente com a participação de representantes dos diversos grupos, mas os mesmos se limitam ao papel de coordenação e implementação da vontade coletiva, previamente debatida em assembleias locais (Ocalan, 2011, p.33). Esse sistema representacional já está sendo colocado em prática pela maioria das organizações curdas na Turquia, Síria e diáspora, incluindo as organizações de mulheres.

Se o estado representa o mais alto nível do sistema patriarcal, a família é a "célula-tronco" da sociedade estatal. Através da família patriarcal, o Estado reforça seu poder e seus aparelhos, uma vez que a escravidão está enraizada no seio familiar. Ao se

casarem, as mulheres se tornam propriedades dos homens e são banidas das arenas política, intelectual, social e econômica. Ocalan explicitamente critica a cultura familiar tradicional do Oriente Médio como a principal fonte dos problemas locais. Segundo ele, os arranjos familiares tradicionais constituem a base fundamental de degradação da mulher, produzindo desigualdade, analfabetismo, disputas familiares e de honra (Ocalan, 2013, pp.36-37).

Por conseguinte, a família tradicional significa, para Ocalan, a perpetuação da violência do Estado, e a transformação da sociedade depende da transformação da instituição familiar através da abolição de duas práticas: a propriedade masculina sobre mulheres e crianças, e a obrigação (imposta às mulheres) de ter filhos como uma condição para a manutenção do casamento. Uma sociedade verdadeiramente democrática somente poderá ser estabelecida através do desenvolvimento de uniões familiares significativas e da abolição da discriminação no seio das relações familiares.

Ocalan argumenta que para derrotar o sistema opressivo é necessário desenvolver uma nova abordagem sobre as mulheres, os homens e suas relações, a qual permitirá a realização de uma "terceira ruptura sexual". É preciso, portanto, "matar a figura masculina dominante", o que significa matar a "dominação unilateral, a desigualdade e a intolerância, e, por conseguinte, o fascismo, a ditadura e o despotismo" (Ocalan, 2013, p.51).

A liberdade feminina constitui, assim, objetivo principal da abordagem teórica desenvolvida por Ocalan. Contrariamente a projetos nacionalistas que resultam na perpetuação da masculinidade hegemônica, e o silêncio a respeito da igualdade de gênero e sexualidade nos movimentos de libertação nacional no Oriente Médio, Ocalan aborda diretamente a liberdade feminina como o primeiro passo para a transformação da sociedade. Neste sentido, ele argumenta que a questão do Estado não pode ser combatida previamente à questão da família, pois esses aspectos se inter-relacionam na constituição do fenômeno social e precisam ser analisados como um todo - uma transformação "de baixo para cima" faz-se, portanto, necessária.

Ocalan enfatiza: "as soluções para todos os problemas no Oriente Médio deveriam ser focadas na posição da mulher" (Ocalan, 2013, p.52). A realização da terceira ruptura sexual é o momento para implementar a igualdade de gênero, a qual é componente fundamental da liberdade e democracia. Igualdade de gênero significa proporcionar às mulheres as mesmas oportunidades que os homens em todas as esferas, incluindo a participação no espaço público. Para Ocalan, que analisa criticamente o

processo inicial de "housewifisation", as mulheres deveriam ser liberadas de todas as formas de subjugação e aptas a restaurarem completamente sua posição na sociedade, especialmente na vida política. Mas essa participação política não deve se restringir à adesão às instituições criadas por homens.

As mulheres devem, sobretudo, criar suas próprias instituições e desenvolver suas próprias plataformas políticas. Isto requer o estabelecimento de uma organização política abrangente nos mais diversos níveis da sociedade: grupos de direitos humanos, organizações sociais, governança local e partidos políticos. Ocalan reconhece, assim, as necessidades e interesses específicos das mulheres e amplia a noção de igualdade de gênero, aproximando-se da concepção de equidade de gênero. Deste modo, ele encoraja uma mudança transformadora para além da igualdade de oportunidades, uma vez que ele endossa que as mulheres devem estar aptas a se organizar independentemente, discutir suas próprias necessidades e encontrar suas próprias soluções.

Ademais, ações políticas somente podem ser bem sucedidas mediante um esforço paralelo no nível ideológico. A mentalidade patriarcal - e o modelo de estado-nação - precisam ser destituídos de maneira a estabelecer uma sociedade democrática, baseada na igualdade de gênero e em princípios ecológicos. De acordo com Ocalan, esses princípios somente poderão ser implementados através do desenvolvimento da "ciência da mulher", ou "Jineolojî", em curdo. O que significa, em outras palavras, um processo epistemológico cujo objetivo é a transformação radical da mentalidade da "figura masculina dominante" dentro do campo científico. Portanto, é necessário desenvolver ramos científicos centrados nas questões femininas e perspectivas das mulheres, como uma ciência social feminina, história das mulheres, história da sexualidade feminina, etc. Do mesmo modo, academias para mulheres devem ser criadas como espaços alternativos de acesso à educação.

Finalmente, numa convocação explícita à participação no movimento de libertação, Ocalan afirma que cabe às mulheres e aos jovens garantir a transformação e democratização do Oriente Médio. Particularmente as mulheres, em posição de liderança, possuem o duplo potencial de superar as desigualdades sociais da região e promover a reconciliação da sociedade a nível global.

Das montanhas à Europa: a construção de uma rede de mulheres curdas transnacional

Do mesmo modo que a organização sociopolítica do PKK, o movimento de mulheres curdas deve ser analisado em sua dimensão transnacional. Devido à situação política na Turquia e à histórica negação de direitos humanos fundamentais à população curda, a "experiência do exílio" (Van Bruinessen, 2000), particularmente na Europa, constituiu elemento central no estabelecimento do movimento de liberação das mulheres curdas. Essa experiência resultou na organização de mulheres numa frente de ação unificada (Sellar, 2014), a qual funciona cooperativamente - das guerrilheiras nos campos de batalha às organizações da sociedade civil na diáspora. A emergência dessa sólida rede e seu *modus operandi* transnacional são fundamentais para a compreensão do papel desenvolvido pelas mulheres na diáspora e como elas vêm contribuindo para fortalecer o princípio de igualdade de gênero dentro da sociedade curda e na sociedade em geral.

As mulheres participaram do PKK desde a sua fundação, e já no início dos anos 1980 sua inserção no exército de guerrilha crescia rapidamente. Mulheres faziam parte da hierarquia militar quando o PKK iniciou sua ofensiva bélica em 1984. Como membros de uma minoria étnica oprimida, elas se sentiam motivadas a aderir a um movimento de libertação. A identidade curda estava banida, e as desigualdades sociais, assim como as políticas discriminatórias, afetam as mulheres de maneira particularmente severa. Numa sociedade patriarcal comandada por restritas regras de gênero, aderir ao PKK significa muito mais que a possibilidade de liberar a sociedade curda; representa a possibilidade de modificar uma realidade na qual os direitos das mulheres são bastante limitados, e as mesmas serão sempre tratadas como inferiores. O elemento educativo do PKK, que visa especificamente as estruturas e ideologias patriarcais, constituiu importante fator de atração das mulheres.

Como discutido anteriormente, Ocalan incentiva a criação de organizações independentes para as mulheres, comandadas por mulheres, e muito rapidamente após a criação do PKK elas se empoderaram através de uma rede de educação política. Westrheim (2008) cita que, durante os primeiros anos de guerra, guerrilheiras se deslocavam para as vilas não somente para recrutar mulheres, mas também para conscientizá-las da sua posição subordinada na sociedade patriarcal. Esse processo de "despertar da consciência", como analisado pela autora, é uma característica fundamental do PKK, o qual deslocou a arena da educação e resistência da tradicional sala de aula para as várias esferas da socialidade, incluindo as montanhas, prisões, ruas do Curdistão e diáspora. Eu destaco que esse processo é especialmente relevante no que diz respeito às questões de gênero. O "despertar da consciência" sobre a opressão do

sistema patriarcal é a espinha dorsal do movimento de mulheres curdas, das montanhas à diáspora. Essas mulheres são, agora, conscientes das origens históricas e sociais do sistema patriarcal, e estão cotidianamente discutindo maneiras de superá-lo. Ademais, elas estão empenhadas no processo de conscientização masculina.

O engajamento político das mulheres e sua participação no exército de guerrilha se desenvolveram paralelamente. Para essas mulheres, presas numa sociedade autoritária, onde a opressão armada é a regra, pegar em armas representa um passo essencial para a autodefesa e transformação da sociedade. Mas isso não se limita a defender-se contra as forças do Estado e ganhar uma batalha militar. Significa um caminho através do qual é possível mudar a posição da mulher na sociedade, incluindo o próprio movimento de libertação curdo. Como acentuou um guerrilheiro: "Nós não queríamos aceitar no começo. Mulheres, por natureza, são mais fracas fisicamente, e na guerra isso nos atinge como um bumerangue [...]" (Damon, n.d). Para Ocalan, contudo, a participação das mulheres no exército de guerrilha é uma maneira de superar essas "estruturas mentais sexistas dentro do movimento de libertação [...], a dependência sintética da mulher no homem" (Nurhak, n.d.). Pode-se argumentar que esse foi o primeiro nível de promoção de igualdade de gênero dentro da sociedade curda na era do PKK. Não obstante incentivadas e apoiadas por Ocalan, as próprias mulheres tiveram que lutar para convencer os homens de que elas eram igualmente camaradas, e portanto legitimar seu completo engajamento na luta armada. Sua participação no exército de guerrilha aumentou quantitativa e qualitativamente ao longo dos anos, levando à formação de unidades de guerrilha e um exército femininos.

Além de participarem da luta armada, as mulheres curdas estão ao mesmo tempo ativamente engajadas nas atividades políticas em todo o Curdistão e na diáspora. O princípio de paridade de gênero foi implantado em todos os níveis do sistema de representação do PKK, assim como em todos os órgãos políticos e organizações da sociedade civil. Dois co-presidentes, um homem e uma mulher, coordenam cada uma das organizações. Cabe ressaltar, ainda, que as organizações da sociedade civil não aceitam em seu quadro de membros homens poligâmicos ou que cometam violência doméstica. Ademais, as mulheres criaram organizações femininas autônomas nos diversos países.

As mulheres curdas na diáspora desempenham papel central na abordagem das questões curdas sob a perspectiva dos direitos humanos, mediante ações e organizações que contribuem para colocar a "questão curda", e particularmente os problemas

relacionados às mulheres, na agenda internacional. Consequentemente, elas são os principais intervenientes no processo de fortalecimento do movimento de liberação. A última seção será destinada a uma síntese das principais atividades desenvolvidas por duas organizações da sociedade civil de mulheres curdas, na França e Alemanha, engajadas na promoção da igualdade de gênero e direitos humanos. Essas organizações foram escolhidas devido ao reconhecimento do seu trabalho e ao tipo de atividades às quais se dedicam. Suas atividades são complementares e exemplificam o *modus operandi* da rede de mulheres curdas, atuante nos níveis ideológico e prático. Enquanto que a primeira é responsável por *lobbying* e relações diplomáticas que disseminam a ideologia de liberação feminina, a segunda atua no nível comunitário, comprometida com o empoderamento das mulheres "de baixo para cima".

Representação Internacional do Movimento de Mulheres Curdas

A Representação Internacional do Movimento de Mulheres Curdas, com sede em Paris, foi fundada em 2013 em Zurique, na Suíça. Ela é responsável por *lobbying* e relações diplomáticas que visam disseminar a ideologia de liberação feminina. Os objetivos da organização podem ser agrupados em seis principais áreas temáticas: paz e resolução de conflitos; igualdade; diálogo e ativismo político; direitos das mulheres; autodeterminação; e mobilização da opinião pública. O desenvolvimento de redes políticas, assim como de atividades conjuntas com diversas organizações de mulheres a nível internacional, são estratégias de ação-chave para a realização dos seus objetivos (Delahaie, Kilic and Akkaya, 2014, pp.92-93). Nursel Kilic, representante da organização, explica que a mesma faz parte do Movimento de Mulheres Curdas na Europa (TJKE), mas que possui função específica, ao ser responsável pela comunicação com mulheres não-curdas em escala global. Em suma, esta organização está comprometida em informar e despertar a opinião pública para os direitos das mulheres, de modo a promover a "evolução das mentalidades e a construção de uma sociedade (global) livre de relações de dominação" (Kilic, 2015).

É importante destacar que os objetivos da organização estão baseados na plataforma dos direitos humanos, e dois deles focam especificamente a implementação dos seus instrumentos: a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), e a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, que aborda o impacto da guerra sobre as mulheres e seu papel

central na gestão e resolução de conflitos, bem como na implementação da paz sustentável. Ademais, o princípio de autodeterminação é abordado em dois níveis: o direito à autodeterminação do povo curdo, e o direito das mulheres à autodeterminação. Este último pode ser compreendido como os direitos reprodutivos das mulheres, o qual compreende o direito ao aborto legal e seguro, controle de natalidade, e acesso à saúde reprodutiva de qualidade.

Concomitantemente, as organizações de mulheres na Europa estão permanentemente engajadas nas campanhas "Liberdade para Ocalan" e "Levantar a Interdição do PKK", aspectos considerados como condições básicas para a promoção de uma paz duradoura no Curdistão. Devido à situação política atual, a "Revolução de Rojava"⁸ e a resistência contra o Estado Islâmico foram incorporados à agenda política como questões de urgência. A Representação Internacional possui papel central na promoção da visibilidade pública das questões políticas e ideológicas que compõem os bastidores do conflito. Por fim, a organização e participação em conferências, publicação de material escrito, realização de campanhas, demonstrações públicas, entrevistas à imprensa e ativismo online são mecanismos fundamentais utilizados pela organização para assegurar a visibilidade do movimento em nível internacional.

Como já mencionado, desde a década de 1970 as mulheres têm participado ativamente da luta entre o PKK e o estado turco. Mas sua participação não se limita à defesa pessoal ou do povo curdo. Elas têm estado profundamente empenhadas em reforçar os valores democráticos dentro do PKK e na sociedade curda/turca em geral. Se os últimos anos têm sido especialmente difíceis para essas mulheres - os assassinatos políticos de Paris⁹, o massacre de Sinjar¹⁰, e a ameaça contínua imposta pelo Estado Islâmico à integridade das mulheres, assim como a acentuação da política misógina do AKP¹¹ -, eles também reforçaram o potencial transformador da ideologia de liberação feminina.

As mulheres curdas na diáspora estão particularmente comprometidas em

⁸ Denominação da região curda na Síria.

⁹ Em agosto de 2013, três ativistas curdas foram assassinadas no Escritório de Informação Curdo, no centro de Paris. Dentre elas, um dos membros fundadores do PKK e refugiada política na França, Sakine Cansiz.

¹⁰ Em agosto de 2014, o Estado Islâmico atacou a cidade de Sinjar, no Curdistão do Iraque, onde cerca de 5000 homens foram mortos e centenas de mulheres e garotas sequestradas e submetidas à escravidão sexual. Os curdos de Sinjar fazem parte da minoria Yazidi, uma comunidade religiosa pré-islâmica.

¹¹ Partido da Justiça e Desenvolvimento, partido islâmico conservador turco, no poder desde 2002.

mobilizar a opinião pública sobre os atuais conflitos no Oriente Médio e ganhar apoio para a causa curda. O que significa, por exemplo, interpelar a OTAN para que force a Turquia a cessar seu apoio não-declarado ao Estado Islâmico e mudar sua política em relação ao PKK, retomando as negociações de paz (Rûdaw, 2014). Essas mulheres estão comprometidas, portanto, em dar visibilidade ao fato de que o apoio à causa curda significa o apoio aos valores democráticos, ou seja, concernentes à toda a humanidade. Os curdos estão lutando contra o Estado Islâmico na linha de frente e impedindo a sua expansão territorial, o que torna imperativo amplo apoio ao controle curdo sobre Rojava.

A Representação Internacional do Movimento de Mulheres Curdas, juntamente com outras organizações de mulheres e ativistas, assumiram posição central no processo de informação da opinião pública sobre a "Revolução de Rojava". Ademais, elas são responsáveis por informar o público sobre o fato de que esta revolução já estava em curso antes dos ataques do Estado Islâmico, e que a derrota do grupo fundamentalista não representa o fim da batalha. Pois essa revolução tem como objetivo implantar uma nova sociedade no Oriente Médio, baseada na democracia e igualdade de gênero. Para os curdos, ela representa a possibilidade concreta de colocar em prática as ideias desenvolvidas por Ocalan. Para as mulheres, a "Revolução de Rojava" significa, acima de tudo, a materialização da ideologia de liberação feminina.

Centro de Reunião de Mulheres UTAMARA

O Centro de Reunião de Mulheres UTAMARA foi criado em 2006 por uma rede de mulheres curdas e europeias. Sediado na cidade de Bonn, na Alemanha, ele possui como objetivo desenvolver soluções para os diversos problemas enfrentados pelas mulheres na Europa, curdas e não-curdas: adaptação aos países de acolhimento, violência doméstica, traumas de guerra e genocídio, crimes de honra, mutilação genital, tortura sexual, estupro, e todos os demais tipos de violência contra a mulher. Uma série de atividades são realizadas ao longo do ano para abordar esses problemas - muitos dos quais tabu - com o objetivo de despertar a conscientização das mulheres e encorajar as vítimas a reivindicarem seus direitos através de mecanismos especializados. O centro também tem como meta fortalecer a solidariedade entre as mulheres através de diferentes ações: campanhas regionais e internacionais, eventos temáticos, cursos, colônias de férias, conferências e simpósios.

Ademais, o centro oferece cinco programas de apoio permanente:

aconselhamento às mulheres migrantes vítimas de violência; apoio psicológico; assistência legal; apoio estrutural (informações sobre as instituições do país de acolhimento); e intermediação do contato com centros de assistência e agências especializadas, principalmente nos casos de casamento forçado e crimes de honra.

Não obstante o centro seja voltado principalmente ao atendimento de mulheres na Europa, ele também está comprometido com o fortalecimento dos direitos das mulheres no Curdistão. Por exemplo, em agosto de 2014 ele abriu uma conta corrente para arrecadar fundos para a promoção de ajuda humanitária aos refugiados, particularmente as centenas de mulheres e garotas Yezidi que fugiram da região de Sinjar. Paralelamente, ele oferece assistência às mulheres que logram fugir para a Europa, particularmente Alemanha.

Buscando implementar os princípios ideológicos do movimento de liberação das mulheres, UTAMARA promove atividades exclusivas para homens, as quais visam "modificar a mentalidade e vida masculina" mediante o incentivo à eliminação de atitudes e comportamentos patriarcais. Neste sentido, são realizados seminários que visam combater a violência contra as mulheres, especificamente casos de compra de esposas, casamento forçado e crimes de honra. Apesar dos esforços de inúmeras organizações da sociedade civil e governamentais, mulheres e garotas, principalmente oriundas do Oriente Médio, ainda são vítimas desses crimes na Alemanha. Com participantes de diferentes regiões do Oriente Médio, de diferentes faixas etárias, as apresentações são conduzidas em curdo, turco e árabe, sempre utilizando exemplos da vida cotidiana. As discussões são divididas em três painéis: história da opressão patriarcal, formas de violência contra a mulher e seus impactos na sociedade; história das mulheres e dos papéis de gênero; soluções para superar a violência na sociedade atual.

Considerações finais

O Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) emergiu como resposta aos anos de intensa repressão ao povo curdo após o estabelecimento da República da Turquia, incluindo a supressão de direitos territoriais, culturais e políticos. Pouco tempo após suas criação, o PKK adquiriu amplo apoio popular, evoluindo de uma pequena organização clandestina para um potente movimento sociopolítico transnacional, incluindo um exército de guerrilha composto por homens e mulheres, um complexo

mediático, e diversas organizações da sociedade civil, tanto nas regiões do Curdistão quanto na diáspora. Sua bem sucedida mobilização popular pode ser atribuída a três fatores principais: emergência como um movimento de caráter supra-tribal; promoção da educação política como base de ação; e comprometimento ideológico com a implementação da igualdade de gênero. Abdullah Ocalan, mentor político e ideológico do PKK, desenvolveu abrangente análise teórica sobre a liberação das mulheres. Ademais, ele apresenta argumentos práticos para encorajar as mulheres a superarem os papéis de gênero e criarem seus próprios movimentos e instituições.

Assim como o PKK, o movimento de mulheres curdas deve ser analisado em sua dimensão transnacional. Devido à situação política na Turquia e à histórica negação de direitos fundamentais aos curdos, a "experiência do exílio", particularmente na Europa, constituiu fator fundamental para a criação do movimento de liberação das mulheres curdas, permitindo a criação de uma frente de ação unificada, desde guerrilheiras nas montanhas a organizações da sociedade civil nos diversos países.

Não obstante incentivadas por Ocalan, as mulheres lutaram por conta própria para convencer os homens do PKK de que elas são igualmente camaradas, e, portanto, possuem igual capacidade de se engajar na luta armada. Elas lograram estabelecer o princípio de paridade de gênero em todos os níveis do sistema de representação do PKK, bem como em todos os órgãos políticos e organizações da sociedade civil nas regiões curdas da Turquia e Síria, e na diáspora. Dois co-presidentes, um homem e uma mulher, representam cada uma das instituições curdas, e instituições autônomas foram criadas por mulheres e são por elas geridas. As organizações de mulheres na diáspora, por sua vez, desempenham papel fundamental no movimento de liberação, ao formularem as reivindicações curdas em termos universais apoiados por instrumentos dos direitos humanos, e ao lutarem pela implementação dos mesmos nos países de origem e nas comunidades curdas no exterior.

Referências

Ahmed, L., 1992. *Women and gender in Islam*. London: Yale University Press.

Akçam, T., 2004. *From Empire to Republic: Turkish Nationalism and the Armenian Genocide*. London and New York: Zed Books.

Akin, S., 2004. Comment ne pas nommer une langue? Les cas du kurde dans le discours juridique turc. *Babylonia*, 1, pp.23-25.

Akkaya, A., 2011. From denial to insurgency: The PKK and the reconstruction of the Kurdish identity. [pdf] Available at: <<https://www.soas.ac.uk/lmei/events/ssemme/file67879.pdf>>.

Akkaya, A., and Jongerden, J., 2012. Reassembling the political: The PKK and the project of radial democracy. *European Journal of Turkish Studies*. [online] 14(2012). Available at: <<http://ejts.revues.org/4615>> [Accessed 5 May 2014].

Avebury, L., 1996. Turkey's Kurdish Policy in the Nineties. In: Parliamentary Human Rights Group. Democracy at Gunpoint. London: The Parliamentary Human Rights Group, pp.1-14.

Damon, A., n.d. Female fighters: we won't stand for male dominance. *CNN*, [online]. Available at: <<http://edition.cnn.com/2008/WORLD/meast/10/06/iraq.pkk/index.html?eref=onion>> [Accessed 3 March 2015].

Delahaie, C., Kilic, N., Akkaya, S., 2014. *Agir contre les massacres des femmes pour en finir avec le féminicide*. Paris: Clara Magazine.

Dirik, D., 2014. *Stateless democracy: How Kurdish women liberated democracy from the state*. [video online] Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=ir8n_uuCmig> [Accessed 22 October 2014].

Eccarius-Kelly, V., 2002. Political movements and leverage points. Kurdish activism in the European diaspora. *Journal of Muslim Minority Affairs*, [ejournal] 22(1). Available through: Senate House Library University of London website <<http://catalogue.ulrls.lon.ac.uk/>> [Accessed 3 April 2015].

Gross, M., 2015. *The ethics of insurgency. A critical guide to just guerrilla warfare*. New York: Cambridge University Press.

Hensler, C., and Muller, M. 2005. *Freedom of expression and association in Turkey*. London: Kurdish Human Rights Project, Bar Human Rights Committee of England and Wales.

Kabeer, N., 2005. Gender equality and women's empowerment: A critical analysis of the Third Millennium Development Goal 1. *Gender & Development*, [e-journal] 13(1). Available through: Senate House Library University of London website <<http://catalogue.ulrls.lon.ac.uk/>> [Accessed 16 June 2015].

Kilic, N., 2015. *Nursel Kilic : 'Les femmes kurdes se revendiquent féministe et se prononcent pour la laïcité. Elles se battent contre tous les fondamentalismes religieux '*. Interviewed by 50/50. [interview] 50/50, 10 August 2015.

Nurhak, D.A., n.d. The Kurdistan Woman's Liberation Ideology. *PKK Online*, [online]. Available at: <<http://www.pkkonline.com/en/index.php?sys=article&artID=180>> [Accessed at 6 March 2015].

Ocalan, A., 2011. *Democratic confederalism*. [online] Cologne: International Initiative

- Edition. Available at:
 <<http://www.freeocalan.org/wpcontent/uploads/2014/06/liberating-Lifefinal.pdf>>
 [Accessed 3 March 2014].
- Ocalan, A., 2013. *Liberating life: Woman's Revolution*. [online] Cologne: International Initiative Edition. Available at:
 <<http://www.freeocalan.org/wpcontent/uploads/2014/06/liberating-Lifefinal.pdf>>
 [Accessed 3 March 2014].
- Ozcan, A., 2002. *The mobilisation of the tribal Kurds under the PKK. How the Kurds of Turkey were revitalised*. Ph. D. University of Kent.
- Rûdaw, 2014. German deputy speaker: NATO must stop Turkey support for ISIS. *Rûdaw*, [online] 12 Octobre. Available at:
 <<http://rudaw.net/english/middleeast/12102014>> [Accessed 17 August 2015].
- Sellar, E., 2014. *Kurdish women and the peace process in Turkey (Part 1/2)*. Interviewed by Clotilde de Swarte [interview] Fair Observer, 31 May 2014.
- Uzun, A., 2014. "Living freedom". *The evolution of the Kurdish conflict in Turkey and the efforts to resolve it*. [pdf] Berlin: Berghof Foundation. Available at:
 <http://edoc.vifapol.de/opus/volltexte/2015/5641/pdf/transitions11_turkey.pdf>.
 [Accessed 7 July 2015].
- Van Bruinessen, M., 2000. *Transnational aspects of the Kurdish question*. [online] Florence: Robert Schuman Centre for Advanced Studies, European University Institute. Available at:
 <http://www.hum.uu.nl/medewerkers/m.vanbruinessen/publications/transnational_Kurs.htm> [Accessed 5 March 2015].
- Watson, I., and Tuysuz, G., 2014. Meet America's newest allies: Syria's Kurdish minority. *CNN* [online] 29 October. Available at:
 <<http://edition.cnn.com/2014/10/29/world/us-newest-allies-syrian-kurds/>> [Accessed 30 November 2014].
- Westrheim, K. 2008. *Education in a Political Context. A Study of Knowledge Processes and Learning Sites in the PKK*. Ph. D. University of Bergen.
- Wight, J., 2014. Kurdish heroism versus ISIS barbarism. *RT* [online] 14 October. Available at: <<http://www.rt.com/op-edge/195924-turkey-kobanisyria-militants-isis/>>
 [Accessed 15 October 2014].